

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Estado de Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE - RS

Professor de Anos Iniciais

Volume I

Edital de Abertura nº 126/2018

JL070-A-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Estado de Rio Grande do Sul

Cargo: Professor de Anos Iniciais

(Edital de Abertura nº 126/2018)

Volume I

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Atualidades de História e Geografia do Brasil
- Base Nacional Comum e Plano Nacional de Educação
- Legislação

Volume II

- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Lingua Portuguesa

Análise global do texto.	83
Ortografia.	44
Relações entre fonemas e grafias.	01
Acentuação gráfica.	47
Morfologia: estrutura e formação de palavras.	04
Classes de palavras e seu emprego.	07
Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo.	86
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.	63
Equivalência e transformação de estruturas.	88
Discurso direto e indireto.	07
Concordância nominal e verbal.	52
Regência verbal e nominal.	58
Crase.	71
Pontuação.	50
Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem.	83
Estruturação do texto e dos parágrafos.	88
Informações literais e inferências.	83
Estruturação do texto: recursos de coesão.	86
Significação contextual de palavras e expressões.	83

Raciocínio Lógico

Conceitos básicos de raciocínio lógico: sentenças abertas;	01
proposições simples e compostas;	01
conectivos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional);	01
negações;	01
número de linhas de uma tabela-verdade;	01
valores lógicos das proposições e construção de tabelas-verdade;	01
Equivalências lógicas; tautologia;	19
contradição;	01
contingência;	01
Operações lógicas sobre sentenças abertas;	01
quantificadores lógicos e suas negações;	01
Lógica de argumentação;	09

Atualidades de História e Geografia do Brasil

O pré-sal e a expansão da fronteira petrolífera do Brasil.	01
Questões socioeconômicas relacionadas aos movimentos de migração e imigração.	01
Fronteiras nacionais, limites e dilemas.	03
Dinâmica populacional.	03
Industrialização X desindustrialização.	04
Urbanização e mobilidade urbana nas metrópoles.	05
Manifestações culturais.	05
Movimentos sociais e políticas de inclusão.	05
Crise e reforma política.	06
Questões indígenas e quilombolas.	06
Cidadania e direitos humanos.	07
Conflitos fundiários.	12
Moradia trabalho e emprego.	12

SUMÁRIO

Questões de gênero,.....	13
Diversidade e cidadania.....	16
Era da informação e as NTICS.....	17
Crise no sistema prisional.....	17
Moral e ética em tempos de pós-verdade.....	19
Questões étnicas e religiosas.....	19
Apropriação cultural, diferença e identidade.....	20
Geopolítica, tratados internacionais e acordos comerciais.....	21
Ressignificações da Infância e da adolescência.....	21
Educação, segurança e saúde pública.....	28
Eleições, voto e partidos políticos.....	28
Bens culturais, patrimônio e memória.....	43
Desmatamento, poluição X desenvolvimento sustentável.....	44
Gentrificação e a alteração dos espaços urbanos.....	45
Meio ambiente e os desafios socioambientais do presente.....	47
Os biomas e as questões socioeconômicas e de preservação.....	51
Drogas lícitas e ilícitas e as questões sociais a elas relacionadas.....	52
Violência urbana.....	53
Relevo, clima e estrutura geológica.....	53
Regiões geoeconômicas.....	59
Êxodo rural.....	60
Pessoas com deficiência e os novos desafios da inclusão no Século XXI.....	60

Base Nacional Comum e Plano Nacional de Educação

Base Nacional Comum Curricular.....	01
Plano Nacional de Educação.....	01

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º ao 4º).....	01
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º); Dos Direitos Sociais (arts. 6º ao 11); Da Nacionalidade (arts. 12 e 13); Dos Direitos Políticos (arts. 14 ao 16);.....	05
Da Organização Político-Administrativa (arts. 18 e 19); Dos Municípios (arts. 29 ao 31). Da Administração Pública (arts. 37 ao 41).....	38
Código Penal Brasileiro: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral (arts. 312 ao 327); Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral (arts. 328 a 337-A).....	47
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	51
Lei Maria da Penha.....	105
Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	114
Estatuto dos Funcionários Públicos do município de Porto Alegre.....	130
Regime de Previdência Social dos Servidores do município de Porto Alegre.....	171
Lei Orgânica do Município de Porto Alegre: Dos Princípios Gerais da Organização Municipal (arts. 1º ao 10º); Dos Bens Públicos Municipais (arts. 11 ao 16); Da Administração Pública (arts. 17 ao 29); Dos Servidores Municipais (arts. 30 ao 49); Do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (arts. 201 ao 253).....	187

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.....	196
Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.....	197
Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.....	216
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	217

SUMÁRIO

Lei Federal nº 11.340 de 2006. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha.....	217
Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro.....	217
DIREITO ADMINISTRATIVO Conceito, Estrutura e organização da Administração Pública do Município.....	217
Órgãos públicos. Hierarquia administrativa. Atividade administrativa: conceito, natureza, fim e princípios básicos.....	217
Improbidade administrativa - Lei Federal nº 8.429 de 1992.....	227
Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 2011.....	239
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.	262
Lei complementar municipal nº 133, de 31 de dezembro de 1985. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	262
Lei complementar municipal n. 478/2002. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal -	262
Lei nº 6.151/88 Leis Municipais.....	280

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola.*

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola.*

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (*di* = dois + *grafo* = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1 Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições; valores lógicos das proposições; sentenças abertas; número de linhas da tabela verdade; conectivos; proposições simples; proposições compostas. 2 Tautologia	01
Lógica de argumentação	09
Diagramas lógicos e lógica de primeira ordem.....	13
Equivalências	19
Leis de demorgan	23
Sequência lógica	26
Princípios de contagem e probabilidade	30
Operações com conjunto	37
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	42
Porcentagem	63

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROF. EVELISE LEIKO UYEDA AKASHI

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica- PUC Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

1 CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES; VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES; SENTENÇAS ABERTAS; NÚMERO DE LINHAS DA TABELA VERDADE; CONECTIVOS; PROPOSIÇÕES SIMPLES; PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. 2 TAUTOLOGIA.

Proposição

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!
Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B) $\sqrt{2} > 2$

Como $\sqrt{2} \approx 1,41$, então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

- I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.
- II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p) = V$ essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p) = F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s...

E depois da letra colocamos ":"

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro

q: Ricardo é estudante

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.

Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

Conectivos

Agora vamos entrar no assunto mais interessante: o que liga as proposições.

Antes, estávamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conetivo terá um nome, vamos ver?

-Negação

extensa: não, é falso que, não é verdade que, é mentira que
símbolo: \sim , \neg

Exemplo

p: Lívia é estudante.

\sim p: Lívia não é estudante.

q: Pedro é loiro.

\neg q: É falso que Pedro é loiro.

r: Érica lê muitos livros.

\sim r: Não é verdade que Érica lê muitos livros.

s: Cecília é dentista.

\neg s: É mentira que Cecília é dentista.

-Conjunção

extensa: "e", "nem", "mas também", "como também", "além de (disso, disto, daquilo)", "quanto" (depois de tanto), "bem como", "mas", "porém", "todavia", "entretanto", "no entanto", "senão", "não obstante", "contudo" etc.
Símbolo: \wedge

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: "e", "mas", "porém"

Exemplos

p: Vinícius é professor.

q: Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, porém Camila é médica.

- Disjunção

extensa: ..ou...
símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$: Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

- Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$: Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

-Condicional

Extensa: Se...,então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo: \rightarrow

Exemplos

$p \rightarrow q$: Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$: É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$: Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$: É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$: Fazer frio é condição necessária para chover.

-Bicondicional

Extensa: se, e somente se, ...

Símbolo: \leftrightarrow

p: Lucas vai ao cinema

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$: Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

Questões

01. (IFBAIANO – Assistente em Administração – FCM/2017) Considere que os valores lógicos de p e q são V e F, respectivamente, e avalie as proposições abaixo.

I- $p \rightarrow \sim(p \vee \sim q)$ é verdadeiro

II- $\sim p \rightarrow \sim p \wedge q$ é verdadeiro

III- $p \rightarrow q$ é falso

IV- $\sim(\sim p \vee q) \rightarrow p \wedge \sim q$ é falso

Está correto apenas o que se afirma em:

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

ATUALIDADES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL

O pré-sal e a expansão da fronteira petrolífera do Brasil	01
Questões socioeconômicas relacionadas aos movimentos de migração e imigração.....	01
Fronteiras nacionais, limites e dilemas	03
Dinâmica populacional.....	03
Industrialização X desindustrialização	04
Urbanização e mobilidade urbana nas metrópoles.....	05
Manifestações culturais.....	05
Movimentos sociais e políticas de inclusão	05
Crise e reforma política.....	06
Questões indígenas e quilombolas.....	06
Cidadania e direitos humanos.....	07
Conflitos fundiários.....	12
Moradia trabalho e emprego	12
Questões de gênero.....	13
Diversidade e cidadania.....	16
Era da informação e as NTICS	17
Crise no sistema prisional	17
Moral e ética em tempos de pós-verdade.....	19
Questões étnicas e religiosas.....	19
Apropriação cultural, diferença e identidade.....	20
Geopolítica, tratados internacionais e acordos comerciais	21
Ressignificações da Infância e da adolescência	21
Educação, segurança e saúde pública	28
Eleições, voto e partidos políticos	28
Bens culturais, patrimônio e memória.....	43
Desmatamento, poluição X desenvolvimento sustentável	44
Gentrificação e a alteração dos espaços urbanos	45
Meio ambiente e os desafios socioambientais do presente	47
Os biomas e as questões socioeconômicas e de preservação.....	51
Drogas lícitas e ilícitas e as questões sociais a elas relacionadas.....	52
Violência urbana.....	53
Relevo, clima e estrutura geológica.....	53
Regiões geoeconômicas	59
Êxodo rural.....	60
Pessoas com deficiência e os novos desafios da inclusão no Século XXI.....	60

O PRÉ-SAL E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA PETROLÍFERA DO BRASIL.

PETRÓLEO

O petróleo é um hidrocarboneto que resulta da decomposição do plâncton e fitoplâncton depositados e recobertos nas bacias sedimentares nos continentes, oceanos, lagos e lagunas.

Esse material depositado, inicialmente sofreu putrefação por bactérias anaeróbicas, formando uma lama negra (SAPROPEL). O material primário infiltrou-se em rochas sedimentares porosas até encontrar rochas impermeáveis com profundidades variadas que armazenassem essa substância, dando início aos reservatórios.

Após a acomodação, o sapropel sofre processos bioquímicos e termodinâmicos que originará o petróleo, podendo ser encontrado na natureza no estado sólido (betume), líquido (estado mais comum) e gasoso (gás natural).

Na camada pré-sal não foi diferente, porém o óleo foi acomodado abaixo de uma camada de sal (podendo ter 2 mil metros de espessura), como herança da deriva continental entre o continente americano e africano há cerca de 100 milhões de anos.

A NOVA FRONTEIRA PETROLÍFERA

A nova reserva energética do Brasil, chamada de pré-sal, por sua organização geológica, foi descoberta em 2006 por pesquisas associadas entre a Petrobras e empresas petrolíferas estrangeiras. Foram identificados diversos campos (Bem-Te-Vi, Caramba Parati, BM-S-22, Tupi, Lara, Júpiter, Guará e Carioca). De acordo com os pesquisadores há estimativas que em todos os campos citados tenham em média de 70 bilhões (mínimo) a 300 bilhões de barris de óleo bruto.

A chamada Camada Pré-Sal é uma faixa ao longo de 800 quilômetros de extensão com 200 quilômetros de largura, que engloba três grandes bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O óleo encontrado nessa área supera os 7 mil metros de profundidade, o que lhe garante melhor qualidade, especificamente em termos de leveza que facilita o refino.

Para administrar a produção de hidrocarbonetos da camada Pré-Sal, o governo criou uma nova empresa estatal denominada de Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), nome da em associação a formação geológica com política do governo federal. A PPSA terá função de mediar e controlar licitações concedidas pelo Ministério de Minas e Energia, gerindo o comércio de gás natural, betume, petróleo e outros hidrocarbonetos.

GEOPOLÍTICA DO PRÉ-SAL

A exploração do pré-sal representa o maior valor econômico do Brasil, colocando o país como um dos principais produtores e exploradores de óleo bruto e garantindo de fato a autossuficiência no consumo de combustíveis mais leves, como a gasolina.

Essa independência cria um fortalecimento na economia do país, além de estrategicamente fortalecer a representação política do Brasil nos conselhos mundiais. Estimativas econômicas apontam uma produção diária do Brasil até 2020 é de 4,5 milhões de barris por dia.

Fonte: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/atualidades/pre-sal-expansao-da-fronteira-petrolifera-do-brasil.html>

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS RELACIONADAS AOS MOVIMENTOS DE MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO.

Os movimentos migratórios estão relacionados com as dinâmicas demográficas dos locais e são motivados por fatores de atração e repulsão. Ao longo da história do Brasil, vários movimentos migratórios foram importantes e eles continuam ocorrendo constantemente, seja em âmbito internacional ou interno.

O que são migrações?

Os fenômenos migratórios são, basicamente, deslocamentos populacionais. Existem duas categorias principais para definição da pessoa que migra: o imigrante (aquele que chega em um determinado local) e o emigrante (aquele que deixa um local). As migrações podem ser de diferentes tipos, dependendo da forma como estes deslocamentos são feitos. Existem as migrações internacionais, ou seja, quando os indivíduos migram de um país para outro. Elas podem também ser internas, ou seja, quando o indivíduo se desloca dentro do mesmo país, mudando apenas de região ou estado.

PUBLICIDADE

Além disso, existem ainda as migrações rural-urbanas, quando as pessoas deixam o meio rural para viverem nos espaços urbanos. Este fenômeno ficou bastante conhecido no Brasil como êxodo rural, e foi intenso no contexto da industrialização brasileira. Destacam-se também as migrações pendulares, que são aquelas que os sujeitos efetuam diariamente com a finalidade de trabalhar ou estudar em um local diferente de sua moradia.

Os movimentos migratórios dinamizam as sociedades, pois com a saída ou a chegada de pessoas, há uma mudança na configuração social. Podem ocorrer processos de hibridização cultural, miscigenação da população, mas também desestabilização econômica e de oferta de trabalho. Além disso, os fenômenos migratórios estão relacionados com preconceitos étnicos, religiosos e culturais. Além de perseguições de cunho político, fuga das escassezes alimentares, econômicas e sociais, buscando melhores acessos à alimentação, empregos e desenvolvimento social

Migrações no Brasil

Mesmo antes da chegada dos europeus para a colonização das Américas (aliás, que também não passou de uma migração), já havia um dinâmico fluxo migratório no que hoje denotamos como o território nacional brasileiro, mas estendendo ao espaço continental americano entre os povos indígenas, possibilitando trocas culturais, material e econômicas entre as civilizações pré-colombianas e tribos indígenas.

Após o século XVI, o território hoje compreendido pelo Brasil, passa a receber imigrantes portugueses (em toda faixa litorânea do Sudeste ao Norte) e espanhóis (ao Sul e Oeste) no sentido de explorar e colonizar o continente. Além destes, há uma migração francesa, no sentido de disputar territórios com as nações ibéricas (Portugal e Espanha) no Sudeste brasileiro e no Norte (Amapá). Ainda, no período colonial há migração holandesa no Nordeste, disputando a região com os portugueses.

Migrações forçadas

Em todo período de colonização, por parte dos europeus, do território brasileiro, são realizadas as “migrações forçadas”, de negros oriundos de várias partes do continente africano e de indígenas do interior do continente sul-americano como mão de obra escrava, no âmbito do desenvolvimento colonial.

Imigrantes estrangeiros

Após a independência, o Brasil passou por um intenso processo de migração entre os anos de 1850 até 1934, quando o Estado brasileiro incentivava a vinda de imigrantes ao Brasil para trabalharem nas lavouras cafeeiras. Esse período teve como ponto central o fim da escravidão de africanos, o que gerou uma necessidade maior de mão-de-obra nas lavouras brasileiras. Muitos países estavam desestabilizados com o contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e não haviam empregos suficientes para toda população. Mesmo com a reestruturação após a guerra, começava também um processo de industrialização e urbanização, o que expulsou do campo muitas pessoas, que vieram para o Brasil para continuar trabalhando no campo.

Êxodo Rural

Um segundo momento importante em relação às migrações no Brasil, foram as migrações internas, também chamadas de inter-regionais. Estas já vinham acontecendo durante toda história do Brasil, mas tiveram uma intensificação expressiva após 1934, quando há também registros de queda nas migrações. Naquele contexto, a indústria paulista já possuía prestígio e se tornava um atrativo para pessoas de outras regiões do Brasil, principalmente nordestinos, que buscavam melhores condições de vida nos grandes centros.

No mesmo sentido, destacam-se também no Brasil as migrações rural-urbano, também chamadas de êxodo rural, as quais aceleraram-se após a década de 1950, com a crescente modernização do campo, industrialização e ur-

banização brasileira. Vários fatores influenciam este tipo de migração, como o crescimento demográfico maior do que as áreas cultiváveis, o que ocorre tanto pela diminuição das áreas físicas disponíveis, quanto pela monopolização das terras (formação de latifúndios).

Migrações pendulares

Também desde a década de 1950 vem se destacando no Brasil as migrações pendulares, as quais são caracterizadas como o movimento diário de pessoas nos grandes centros urbanos. Ou seja, é o movimento dos trabalhadores ou estudantes para que possam trabalhar ou estudar em outros municípios. Esse tipo de migração é mais comum de municípios menores, com menos infraestrutura e serviços, para municípios maiores, onde a oferta de serviços e as oportunidades de trabalho são maiores.

O Brasil no contexto das migrações recentes

Diante dos conflitos mundiais mais recentes, bem como das catástrofes naturais que assolaram alguns países ao redor do mundo, os fenômenos migratórios têm se intensificado na atualidade. As migrações são movidas por elementos de repulsão e elementos de atração. Nos casos mais recentes, como dos Sírios, os conflitos violentos têm sido caracterizados como fenômenos de repulsão das pessoas na Síria. Do mesmo modo, entende-se que o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, foi um forte fator de repulsão da população local.

Imigração brasileira

Atrélado à isso, existem fatores de atração, ou seja, elementos que atraem os imigrantes. Exemplos disso são melhores condições de vida, ofertas de emprego, segurança contra conflitos internos, guerras civis e governos ditatoriais. As oportunidades de uma vida mais digna têm atraído pessoas para países como o Brasil, que constitui-se enquanto um país emergente. No Brasil, principalmente os frigoríficos de abate de aves na região Sul do país têm tido boa parte de suas vagas de emprego ocupadas por imigrantes.

Há uma diferença grande entre o imigrante que migra por questões econômicas e aquele que migra forçadamente. Muitas pessoas sofrem perseguições políticas, religiosas e culturais e são vítimas de violências diversas. Estas pessoas são amparadas por legislações específicas, e caracterizadas como refugiados. Elas são amparadas em outros países e não podem ser encaminhadas forçadamente de volta para seus países de origem. Basicamente, são consideradas pessoas que precisam de proteção.

Emigração brasileira

O Brasil é hoje um país que recebe uma significativa parcela de imigrantes, mas também são importantes os índices de emigração no caso brasileiro, embora não mais tão expressivos como nas décadas de 1980 e 1990. O que acontece neste período foi muito semelhante ao que acontece no Brasil hoje. Os Estados Unidos eram o principal alvo dos brasileiros, onde haviam empregos que exigiam

BASE NACIONAL COMUM E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Base Nacional Comum Curricular.	01
Plano Nacional de Educação.....	01

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.

No dia 6 de abril de 2017, a proposta da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, foi entregue pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. De acordo com a Lei 9131/95 coube ao CNE, como órgão normativo do sistema nacional de educação, fazer a apreciação da proposta da BNCC para a produção de um parecer e de um projeto de resolução que, ao ser homologado pelo Ministro da Educação, se transformou em norma nacional.

O CNE realizou audiências públicas regionais em Manaus, Recife, Florianópolis, São Paulo e Brasília, com caráter exclusivamente consultivo, destinadas a colher subsídios e contribuições para a elaboração da norma instituidora da Base Nacional Comum Curricular.

O produto desses encontros resultou em 235 documentos protocolados com contribuições recebidas no âmbito das audiências públicas, além de 283 manifestações orais. Estas audiências não tiveram caráter deliberativo, mas foram essenciais para que os conselheiros tomassem conhecimento das posições e contribuições advindas de diversas entidades e atores da sociedade civil e, assim, pudessem deliberar por ajustes necessários para adequar a proposta da Base Nacional Comum Curricular, elaborada pelo MEC, considerando as necessidades, interesses e pluralidade da educação brasileira.

No dia 15 de dezembro, o parecer e o projeto de resolução apresentados pelos conselheiros relatores do CNE foram votados em Sessão do Conselho Pleno e aprovados com 20 votos a favor e 3 contrários. Com esse resultado, seguiram para a homologação no MEC, que aconteceu no dia 20 de dezembro.

E no dia 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Lembrando que a BNCC aprovada se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo que a Base do Ensino Médio será objeto de elaboração e deliberação posteriores.

Agora, conforme dispõe a Resolução, caberá ao CNE resolver as questões suscitadas durante o processo de implementação da Base.

Aqui estão as documentações que acompanharam todo este processo, desde a chegada da proposta da BNCC ao Conselho Nacional de Educação até a publicação da Resolução.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no [art. 214 da Constituição Federal](#).

Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Ministério da Educação - MEC;
- II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
- III - Conselho Nacional de Educação - CNE;
- IV - Fórum Nacional de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PNE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se referem o [inciso VI do art. 214 da Constituição Federal](#) e a [meta 20 do Anexo desta Lei](#) engloba os recursos aplicados na forma do [art. 212 da Constituição Federal](#) e do [art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do [art. 213 da Constituição Federal](#).

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do [art. 212 da Constituição Federal](#), além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no [inciso VI do art. 214 da Constituição Federal](#).

Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1º O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

§ 2º As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º Será criada uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Estados e respectivos Municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º ao 4º).....	01
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º); Dos Direitos Sociais (arts. 6º ao 11); Da Nacionalidade (arts. 12 e 13); Dos Direitos Políticos (arts. 14 ao 16);.....	05
Da Organização Político-Administrativa (arts. 18 e 19); Dos Municípios (arts. 29 ao 31). Da Administração Pública (arts. 37 ao 41).....	38
Código Penal Brasileiro: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral (arts. 312 ao 327); Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral (arts. 328 a 337-A).....	47
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	51
Lei Maria da Penha.....	105
Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	114
Estatuto dos Funcionários Públicos do município de Porto Alegre.....	130
Regime de Previdência Social dos Servidores do município de Porto Alegre.....	171
Lei Orgânica do Município de Porto Alegre: Dos Princípios Gerais da Organização Municipal (arts. 1º ao 10º); Dos Bens Públicos Municipais (arts. 11 ao 16); Da Administração Pública (arts. 17 ao 29); Dos Servidores Municipais (arts. 30 ao 49); Do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (arts. 201 ao 253).....	187

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.....	196
Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.....	197
Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.....	216
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	217
Lei Federal nº 11.340 de 2006. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha.....	217
Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro.....	217
DIREITO ADMINISTRATIVO Conceito, Estrutura e organização da Administração Pública do Município.....	217
Órgãos públicos. Hierarquia administrativa. Atividade administrativa: conceito, natureza, fim e princípios básicos.....	217
Improbidade administrativa - Lei Federal nº 8.429 de 1992.....	227
Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 2011.....	239
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.....	262
Lei complementar municipal nº 133, de 31 de dezembro de 1985. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.....	262
Lei complementar municipal n. 478/2002. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal -	262
Lei nº 6.151/88 Leis Municipais.....	280

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL: DOS PRINCÍPIOS
FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º AO 4º).**

1) Fundamentos da República

O título I da Constituição Federal trata dos princípios fundamentais do Estado brasileiro e começa, em seu artigo 1º, trabalhando com os fundamentos da República Federativa brasileira, ou seja, com as bases estruturantes do Estado nacional.

Neste sentido, disciplina:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Vale estudar o significado e a abrangência de cada qual destes fundamentos.

1.1) Soberania

Soberania significa o poder supremo que cada nação possui de se autogovernar e se autodeterminar. Este conceito surgiu no Estado Moderno, com a ascensão do absolutismo, colocando o rei na posição de soberano. Sendo assim, poderia governar como bem entendesse, pois seu poder era exclusivo, inabalável, ilimitado, atemporal e divino, ou seja, absoluto.

Neste sentido, Thomas Hobbes¹, na obra *Leviatã*, defende que quando os homens abrem mão do estado natural, deixa de predominar a lei do mais forte, mas para a consolidação deste tipo de sociedade é necessária a presença de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, permitindo que esta autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, que à época da escrita da obra de Hobbes se consolidava no monarca, deveria ser o *Leviatã*, uma autoridade inquestionável.

No mesmo direcionamento se encontra a obra de Maquiavel², que rejeitou a concepção de um soberano que deveria ser justo e ético para com o seu povo, desde que sempre tivesse em vista a finalidade primordial de manter

1 MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. [s.c]: [s.n.], 1861.

2 MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 111.

o Estado íntegro: “na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados”.

A concepção de soberania inerente ao monarca se quebrou numa fase posterior, notadamente com a ascensão do ideário iluminista. Com efeito, passou-se a enxergar a soberania como um poder que repousa no povo. Logo, a autoridade absoluta da qual emana o poder é o povo e a legitimidade do exercício do poder no Estado emana deste povo.

Com efeito, no Estado Democrático se garante a soberania popular, que pode ser conceituada como “a qualidade máxima do poder extraída da soma dos atributos de cada membro da sociedade estatal, encarregado de escolher os seus representantes no governo por meio do sufrágio universal e do voto direto, secreto e igualitário”³.

Neste sentido, liga-se diretamente ao parágrafo único do artigo 1º, CF, que prevê que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. O povo é soberano em suas decisões e as autoridades eleitas que decidem em nome dele, representando-o, devem estar devidamente legitimadas para tanto, o que acontece pelo exercício do sufrágio universal.

Por seu turno, a soberania nacional é princípio geral da atividade econômica (artigo 170, I, CF), restando demonstrado que não somente é guia da atuação política do Estado, mas também de sua atuação econômica. Neste sentido, deve-se preservar e incentivar a indústria e a economia nacionais.

1.2) Cidadania

Quando se afirma no *caput* do artigo 1º que a República Federativa do Brasil é um Estado **Democrático** de Direito, remete-se à ideia de que o Brasil adota a democracia como regime político.

Historicamente, nota-se que por volta de 800 a.C. as comunidades de aldeias começaram a ceder lugar para unidades políticas maiores, surgindo as chamadas cidades-estado ou *polis*, como Tebas, Esparta e Atenas. Inicialmente eram monarquias, transformaram-se em oligarquias e, por volta dos séculos V e VI a.C., tornaram-se democracias. Com efeito, as origens da chamada democracia se encontram na Grécia antiga, sendo permitida a participação direta daqueles poucos que eram considerados cidadãos, por meio da discussão na *polis*.

Democracia (do grego, *demo+kratos*) é um regime político em que o poder de tomar decisões políticas está com os **cidadãos**, de forma direta (quando um cidadão se reúne com os demais e, juntos, eles tomam a decisão política) ou indireta (quando ao cidadão é dado o poder de eleger um representante).

3 BULOS, Uadi Lammêngo. **Constituição federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Portanto, o conceito de democracia está diretamente ligado ao de cidadania, notadamente porque apenas quem possui cidadania está apto a participar das decisões políticas a serem tomadas pelo Estado.

Cidadão é o **nacional**, isto é, aquele que possui o vínculo político-jurídico da nacionalidade com o Estado, **que goza de direitos políticos**, ou seja, que pode votar e ser votado (sufrágio universal).

Destacam-se os seguintes conceitos correlatos:

a) Nacionalidade: é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que ele passe a integrar o povo daquele Estado, desfrutando assim de direitos e obrigações.

b) Povo: conjunto de pessoas que compõem o Estado, unidas pelo vínculo da nacionalidade.

c) População: conjunto de pessoas residentes no Estado, nacionais ou não.

Depreende-se que a cidadania é um atributo conferido aos nacionais titulares de direitos políticos, permitindo a consolidação do sistema democrático.

1.3) Dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é o valor-base de interpretação de qualquer sistema jurídico, internacional ou nacional, que possa se considerar compatível com os valores éticos, notadamente da moral, da justiça e da democracia. Pensar em dignidade da pessoa humana significa, acima de tudo, colocar a pessoa humana como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação.

Sem pretender estabelecer uma definição fechada ou plena, é possível conceituar dignidade da pessoa humana como o **principal valor** do ordenamento ético e, por consequência, jurídico que pretende colocar a pessoa humana como um **sujeito pleno de direitos e obrigações** na ordem internacional e nacional, cujo desrespeito acarreta a própria **exclusão de sua personalidade**.

Aponta Barroso⁴: "o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito como com as condições materiais de subsistência".

O Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, trouxe interessante conceito numa das decisões que relatou: "a dignidade consiste na percepção intrínseca de cada ser humano a respeito dos direitos e obrigações, de modo a assegurar, sob o foco de condições existenciais mínimas, a participação saudável e ativa nos destinos escolhidos, sem que isso importe destilação dos valores soberanos da democracia e das liberdades individuais. O processo de valorização do indivíduo articula a promoção de escolhas, posturas e sonhos, sem olvidar que o espectro de abrangência das liberdades individuais encontra limitação em outros direitos fundamentais, tais como a honra, a vida privada, a intimidade, a ima-

4 BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 382.

gem. Sobreleva registrar que essas garantias, associadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, subsistem como conquista da humanidade, razão pela qual auferiram proteção especial consistente em indenização por dano moral decorrente de sua violação"⁵.

Para Reale⁶, a evolução histórica demonstra o domínio de um valor sobre o outro, ou seja, a existência de uma ordem gradativa entre os valores; mas existem os valores fundamentais e os secundários, sendo que o valor fonte é o da pessoa humana. Nesse sentido, são os dizeres de Reale⁷: "partimos dessa ideia, a nosso ver básica, de que a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores. O homem, como ser natural biopsíquico, é apenas um indivíduo entre outros indivíduos, um ente animal entre os demais da mesma espécie. O homem, considerado na sua objetividade espiritual, enquanto ser que só realiza no sentido de seu dever ser, é o que chamamos de pessoa. Só o homem possui a dignidade originária de ser enquanto deve ser, pondo-se essencialmente como razão determinante do processo histórico".

Quando a Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, faz emergir uma nova concepção de proteção de cada membro do seu povo. Tal ideologia de forte fulcro humanista guia a afirmação de todos os direitos fundamentais e confere a eles posição hierárquica superior às normas organizacionais do Estado, de modo que é o Estado que está para o povo, devendo garantir a dignidade de seus membros, e não o inverso.

1.4) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Quando o constituinte coloca os valores sociais do trabalho em paridade com a livre iniciativa fica clara a percepção de necessário equilíbrio entre estas duas concepções. De um lado, é necessário garantir direitos aos trabalhadores, notadamente consolidados nos direitos sociais enumerados no artigo 7º da Constituição; por outro lado, estes direitos não devem ser óbice ao exercício da livre iniciativa, mas sim vetores que reforcem o exercício desta liberdade dentro dos limites da justiça social, evitando o predomínio do mais forte sobre o mais fraco.

Por livre iniciativa entenda-se a liberdade de iniciar a exploração de atividades econômicas no território brasileiro, coibindo-se práticas de truste (ex.: monopólio). O constituinte não tem a intenção de impedir a livre iniciativa, até mesmo porque o Estado nacional necessita dela para crescer economicamente e adequar sua estrutura ao atendimento crescente das necessidades de todos os que nele vivem. Sem crescimento econômico, nem ao menos é possível garantir os direitos econômicos, sociais e culturais afirmados na Constituição Federal como direitos fundamentais.

5 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 259300-59.2007.5.02.0202**. Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Brasília, 05 de setembro de 2012j1. Disponível em: www.tst.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2012.

6 REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 228.

7 Ibid., p. 220.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Estado de Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE - RS

Professor de Anos Iniciais

Volume II

Edital de Abertura nº 126/2018

JL070-B-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Estado de Rio Grande do Sul

Cargo: Professor de Anos Iniciais

(Edital de Abertura nº 126/2018)

Volume I

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Atualidades de História e Geografia do Brasil
- Base Nacional Comum e Plano Nacional de Educação
- Legislação

Volume II

- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

Ciclos de vida e aprendizagem.	01
Concepções pedagógicas.	05
Neurociências e suas implicações pedagógicas.	12
Organização do trabalho pedagógico.	17
Planejamento da ação educativa e instrumentos de registro.	30
Currículo.	33
Ciclos, seriação e avaliação escolar.	39
Avaliações na educação básica (Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB e IDEB).	40
Alfabetização e letramento.	45
Psicogênese e aquisição da leitura e da escrita.	47
A construção do número e numeramento.	51
Conhecimento e pesquisa nas áreas de ciências humanas e da natureza.	54
Questões de gênero, etnia, raça e sexualidade e suas implicações pedagógicas.	72
Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	88
Educação integral.	101
Desafios da Educação na contemporaneidade.	110
Formação de professores para os anos iniciais.	113
Bibliografia Sugerida:	118
ABRAMOWICZ, Anete, GOMES, Nilma Lino (orgs.). Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Coleção: cultura negra e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.	118
ALBUQUERQUE, Eliana B. C., MORAIS, Artur G. E FERREIRA, Andréa Tereza B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? Revista Brasileira de Educação. v. 13, n.38. maio/ago 2008.	122
BRASIL: Ministério da Educação. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei n. 10.639/2003. Brasília: MEC, 2005.	130
Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.	197
Plano de Desenvolvimento da Educação. Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008.	208
LOPES, Janine Ramos. Caderno do educador : alfabetização e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. : il. -- (Programa Escola Ativa).	219
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.	231
PARECER CNE Nº 17/2001 - CEB - Aprovado em 3.7.2001 ASSUNTO: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RELATORES: Kuno Paulo Rhoden e Sylvania Figueiredo Gouvêa.	234
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 1/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE, 2004.	250
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 4/ 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.	251
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília: CNE, 2010.	262
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 3/2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Brasília: CNE, 2010.	270
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 5/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: CNE, 2012.	272
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 8/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: CNE, 2012.	280
BERTOLETTI, Ana Carolina et all. Educar pela Pesquisa – uma abordagem para o desenvolvimento e utilização de Softwares Educacionais.	292
COSTA, Marisa Vorraber. O currículo nos limiares do contemporâneo. 3 ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	296
DEMO, PEDRO. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2007.	300
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artmed, 1999.	302
FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.	303

SUMÁRIO

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8 ed. - São Paulo: Ática, 1999.	315
HOFFMANN, Jussara. Avaliação – mito & desafio uma perspectiva construtivista. 41 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.	317
KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos. 11ed. Campinas: Papyrus, 1990.....	320
LIMA, Elvira Souza. Escrita para todos: a aplicação da neurociência na docência e na aprendizagem. Cadernos do CEPAOS 1 – São Paulo: CEPAOS - Centro de Estudos e Pesquisas Armando de Oliveira Souza, 2013.	321
LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.	324
LUCKESI, Cipriano. Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?.....	327
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2004.....	332
MOLL, Jaqueline (cols.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educacionais. Porto Alegre: Penso, 2012.	347
MORAES, Salete C de (org.). Educação inclusiva: diferentes significados. Porto Alegre: Evangraf, 2011	349
MORAIS, Artur Gomes de (org.). O aprendizado da ortografia. Belo Horizonte: Autentica, 2010.	354
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2006.	358
PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: guia de aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.....	363
PEREIRA, Amílcar Araújo (org.). Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013....	369
PERRENOUD, P. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.....	381
PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.	382
QUADROS, Marta Campos de. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DA REALIDADE.	385
RAPOPORT, Andréa (et all). A criança de 6 anos no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.	400
RORIG, Cristina. O desenvolvimento linguístico mostrado pela escrita de crianças do ensino fundamental. Entretextos, Londrina, v.11, n.1, p.29-53, jan./jun.2011.	405
SMOLE, Kátia Cristina Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.	413
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.	426
TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY LANDSMANN, Liliana (Org.). Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.....	429
VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora, 10a ed. São Paulo: Libertad, 2009.....	431
VICKERY, Anitra. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016.....	435
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.....	443
ZABALZA, Miguel. Diários de aula – um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.	444

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Anos Iniciais

Ciclos de vida e aprendizagem.	01
Concepções pedagógicas.	05
Neurociências e suas implicações pedagógicas.	12
Organização do trabalho pedagógico.	17
Planejamento da ação educativa e instrumentos de registro.	30
Currículo.....	33
Ciclos, seriação e avaliação escolar.	39
Avaliações na educação básica (Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB e IDEB).	40
Alfabetização e letramento.	45
Psicogênese e aquisição da leitura e da escrita.	47
A construção do número e numeramento.	51
Conhecimento e pesquisa nas áreas de ciências humanas e da natureza.	54
Questões de gênero, etnia, raça e sexualidade e suas implicações pedagógicas.	72
Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	88
Educação integral.	101
Desafios da Educação na contemporaneidade.	110
Formação de professores para os anos iniciais.....	113
Bibliografia Sugerida:	118
ABRAMOWICZ, Anete, GOMES, Nilma Lino (orgs.). Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Coleção: cultura negra e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.....	118
ALBUQUERQUE, Eliana B. C., MORAIS, Artur G. E FERREIRA, Andréa Tereza B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? Revista Brasileira de Educação. v. 13, n.38. maio/ago 2008.....	122
BRASIL: Ministério da Educação. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei n. 10.639/2003. Brasília: MEC, 2005.	130
Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.	197
Plano de Desenvolvimento da Educação. Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008.	208
LOPES, Janine Ramos. Caderno do educador : alfabetização e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. : il. -- (Programa Escola Ativa).	219
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.....	231
PARECER CNE Nº 17/2001 - CEB - Aprovado em 3.7.2001 ASSUNTO: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RELATORES: Kuno Paulo Rhoden e Sylvia Figueiredo Gouvêa.	234
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 1/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE, 2004.	250
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 4/ 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.	251
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília: CNE, 2010.	262
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 3/2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Brasília: CNE, 2010.	270
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 5/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: CNE, 2012.	272
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 8/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: CNE, 2012.	280
BERTOLETTI, Ana Carolina et all. Educar pela Pesquisa – uma abordagem para o desenvolvimento e utilização de Softwares Educacionais.	292
COSTA, Marisa Vorraber. O currículo nos limiares do contemporâneo. 3 ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	296
DEMO, PEDRO. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2007.	300
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artmed, 1999.....	302
FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.	303
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8 ed. - São Paulo: Ática, 1999.	315

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Anos Iniciais

HOFFMANN, Jussara. Avaliação – mito & desafio uma perspectiva construtivista. 41 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.	317
KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos. 11ed. Campinas: Papirus, 1990.....	320
LIMA, Elvira Souza. Escrita para todos: a aplicação da neurociência na docência e na aprendizagem. Cadernos do CEPAOS 1 – São Paulo: CEPAOS - Centro de Estudos e Pesquisas Armando de Oliveira Souza, 2013.	321
LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.	324
LUCKESI, Cipriano. Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?.....	327
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2004.....	332
MOLL, Jaqueline (cols.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educacionais. Porto Alegre: Penso, 2012.	347
MORAES, Salete C de (org.). Educação inclusiva: diferentes significados. Porto Alegre: Evangraf, 2011	349
MORAIS, Artur Gomes de (org.). O aprendizado da ortografia. Belo Horizonte: Autentica, 2010.	354
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2006.	358
PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: guia de aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.....	363
PEREIRA, Amílcar Araújo (org.). Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013....	369
PERRENOUD, P. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.....	381
PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.	382
QUADROS, Marta Campos de. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DA REALIDADE.	385
RAPOPORT, Andréa (et all). A criança de 6 anos no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.	400
RORIG, Cristina. O desenvolvimento linguístico mostrado pela escrita de crianças do ensino fundamental. Entretextos, Londrina, v.11, n.1, p.29-53, jan./jun.2011.	405
SMOLE, Kátia Cristina Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.	413
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.	426
TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY LANDSMANN, Liliana (Org.). Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.....	429
VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora, 10a ed. São Paulo: Libertad, 2009.....	431
VICKERY, Anitra. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016.....	435
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.....	443
ZABALZA, Miguel. Diários de aula – um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.	444

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Anos Iniciais

CICLOS DE VIDA E APRENDIZAGEM.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM.

Concepção sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem

Piaget escreveu sobre a interação entre indivíduo e meio constituída através de dois processos: organização interna das experiências e adaptação ao meio. Piaget não deu ênfase aos valores sociais e culturais no desenvolvimento da inteligência, pressupostos escritos por Vygotsky

Lev Semenovich Vygotsky estudou sistematicamente a psicologia e seu projeto principal foram os processos de transformação do desenvolvimento na dimensão filogenética, histórico social e ontogenético.

As diferenças entre os dois autores parecem ser muitas, mas eles partilham de pontos de vista semelhantes. Ambos entenderam o conhecimento como adaptação e como construção individual e compreenderam a aprendizagem e o desenvolvimento como autorregulados. Discordaram quanto ao processo de construção desse conhecimento, ambos viram o desenvolvimento e a aprendizagem da criança como participativa, não ocorrendo de maneira automática.

A criança transforma aquilo que aprende de acordo com sua capacidade interna e nata, tornando-se transformadora da aprendizagem, criadora, se essa capacidade de aprendizagem e oportunidade lhe for oferecida.

Vygotsky e Piaget estavam preocupados com o desenvolvimento intelectual, porém cada um começou e perseguiu por diferentes questões e problemas. Piaget estava interessado em como o conhecimento é adquirido ou construído, onde a teoria é um acontecimento da invenção ou construção que ocorre na mente do indivíduo, Vygotsky estava preocupado com a questão de como os fatores sociais e culturais influenciam o desenvolvimento intelectual. A teoria de Vygotsky é uma teoria de transmissão do conhecimento da cultura para a criança, os indivíduos interagem com agentes sociais mais lecionados, como professores e colegas. As crianças constroem e internalizam o conhecimento que esses seres instruídos possuem. Enquanto que Piaget, não acreditava que a transmissão direta desse tipo fosse viável. Para ele as crianças adquirem uma forma própria de se desenvolver no social, mediante a construção pessoal desse conhecimento. Piaget aprovou a construção individual como singular e diferente, embora comumente ligada e próxima daquela da cultura, com isso a criança tem a chance de errar e construir. Vai ocorrendo períodos de desequilíbrio para uma nova sustentação de bases. Sabemos que muitos indivíduos estão estacionados em algumas etapas de desenvolvimento e isso é refletido no dia-a-dia, com um jeito particular de pensar.

Em relação à aprendizagem e desenvolvimento, assunto deste estudo, tanto Vygotsky como Piaget, acreditavam no desenvolvimento e aprendizagem, embora, seus pontos de vista sobre o relacionamento sejam diferentes. Vygotsky tinha a ideia de que a aprendizagem é a força propulsora do desenvolvimento intelectual, enquanto que para Piaget o próprio desenvolvimento é a força propulsora. Piaget tinha a concepção de que o nível de desenvolvimento colocava limites sobre o que podia ser aprendido e sobre o nível da compreensão possível daquela aprendizagem, onde cada pessoa tem um ritmo, não podendo ir além daquele estágio adquirido.

Vygotsky chamou de zona de desenvolvimento potencial e zona de desenvolvimento proximal. A zona de desenvolvimento potencial é o nível de desenvolvimento em que os estudantes são capazes de solucionar problemas de forma independente, enquanto que a zona de desenvolvimento proximal é o nível em que os estudantes podem resolver problemas com "apoio" (Lester 1994), ou seja, com a modelação do conhecimento e a interação social, os estudantes podem aprender coisas que não aprendiam sozinhos. Piaget coloca que a nova construção é sempre realizada sobre uma construção anterior e que, com a desequilíbrio, é sempre possível o avanço das construções anteriores. Os fatores sociais, para Vygotsky desempenham um papel fundamental no desenvolvimento intelectual. A cultura estabelece um conhecimento que é internalizado e construído pelas crianças. As crianças por sua vez vão tornando-se indivíduos com funções e habilidades intelectuais. Piaget, por sua vez, reconheceu infinitamente o papel dos fatores sociais no desenvolvimento intelectual. As interações sociais foram consideradas como uma fonte do conflito cognitivo, portanto, de desequilíbrio e, consequentemente, de desenvolvimento. Ou seja, também desta forma, são consideradas para a construção do conhecimento social.

O papel da linguagem no desenvolvimento intelectual para Vygotsky e Piaget

A diferença mais nítida entre os dois teóricos, é referente ao papel da linguagem no desenvolvimento intelectual. Vygotsky trata a aquisição da linguagem do meio social como o resultado entre raciocínio e pensamento em nível intelectual. Piaget considerou a linguagem falada como manifestação da função simbólica, quando o indivíduo emprega a capacidade de empregar símbolos para representar, o que reflete o desenvolvimento intelectual, mas não o produz (Fowler 1994). Piaget considerou a linguagem como facilitadora, mas não como necessária ao desenvolvimento intelectual. Para Piaget, a linguagem reflete, mas não produz inteligência. A única maneira de avançar a um nível intelectual mais elevado não é na linguagem com suas representações, e sim, através da ação. (Fowler 1994).

Vygotsky (1987), faz uma diferenciação entre processos psicológicos, superiores rudimentares e processos psicológicos avançados. Nos primeiros, ele colocaria a linguagem

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Anos Iniciais

oral, como processo psicológico superior adquirido na vida social mais extensa e por toda a espécie, e sendo produzido pela internalização de atividades sociais, através da fala. A interação e a linguagem têm um importante destaque no pensamento de Vygotsky, uma vez que irão contribuir no desenvolvimento dos processos psicológicos, através da ação. Vygotsky substituiu os instrumentos de trabalho por instrumentos psicológicos, explicando desta forma, a evolução dos processos naturais até alcançar os processos mentais superiores, por isso, a linguagem, instrumento de imenso poder, assegura que significados linguisticamente criados sejam significados sociais e compartilhados.

Vygotsky atribui importância a linguagem, pois além da função comunicativa, ela é essencial no processo de transição do interpessoal em intramental; na formação do pensamento e da consciência; na organização e planejamento da ação; na regulação do comportamento e, em todas as demais funções psíquicas superiores do sujeito, como vontade, memória e atenção.

As implicações do desenvolvimento para Piaget e Vygotsky

Tomando o ponto de vista educacional, as duas teorias divertem. Embora Vygotsky e Piaget considerassem o conhecimento como uma construção individual, para Vygotsky toda construção era mediada pelos fatores externos sociais. Isto é, o professor e o programa institucional devem modelar ou explicar o conhecimento. Dessa forma, a criança constrói o seu próprio conhecimento interno a partir do que é oferecido. A criança não inventa, mas rememora, copia o que está socialmente exposto e a disposição. A sociedade atribui a isto, um processo de transmissão de cultura, e com isso o facilitador ou professor é o instrutor da criança. Assim, o trabalho do agente é, entre outras coisas, modelar cuidadosamente o conhecimento.

Piaget considerou a construção do conhecimento como um ato individual da criança. Os fatores sociais influenciam a desequilíbrio individual através do conflito cognitivo e apontam que há construção a ser feita. A verdadeira construção do conhecimento não é medida, no sentido vygotskiano, pelo fator social e ambiente; ele não é copiado de um referencial e modelo. O conhecimento anterior é reconstruído diante da desequilíbrio socialmente provocada e estimulada. O papel do professor é visto basicamente como o de encorajar, estimular e apoiar a exploração, a construção e invenção.

“É óbvio que o professor enquanto organizador permanece indispensável no sentido de criar as situações e de arquitetar os projetos iniciais que introduzam os problemas significativos à criança. Em segundo lugar, ele é necessário para proporcionar contraexemplos que forcem a reflexão e a reconsideração das soluções rápidas. O que é desejado é que o professor deixe de ser um expositor satisfeito em transmitir soluções prontas; o seu papel deveria ser aquele de um mentor, estimulando a iniciativa e a pesquisa”. Piaget. (1973).

Nas obras de Piaget, a criança pode utilizar as fontes e formas de informação no processo de construção. A criança pode ativamente ouvir uma exposição ou ler um livro e empregar a informação recebida na construção. O processo não é o de recriar um modelo, mas o de inventá-lo.

A interação social no desenvolvimento e aprendizagem escolar para Piaget e Vygotsky

Para Vygotsky (1998), a aprendizagem não começa na escola, que toda situação de aprendizagem escolar se depara sempre com uma história de aprendizagem prévia. Vygotsky retoma o tema da zona de desenvolvimento proximal e sua relação com a aprendizagem.

Tanto para Piaget como para Vygotsky, o ambiente da sala de aula requer interação social, embora por circunstâncias distintas. Para Vygotsky, o ambiente social é a fonte de modelos dos quais as construções devem se aproximar. É a fonte do conhecimento socialmente construído que serve de modelo e media as construções do indivíduo. A aprendizagem, e o desenvolvimento são adquiridos por modelos e, claro, pela motivação da criança. Para Piaget, a interação com os colegas e adultos.

Vygotsky coloca que no cotidiano das crianças, elas observam o que os outros dizem, porque dizem, o que falam, porque falam, internalizando tudo o que é observado e se apropriando do que viu e ouviu. Recriam e conservam o que se passa ao redor. Em função desta constatação, Vygotsky afirma que a aprendizagem da criança se dá pelas interações com outras crianças de seu ambiente, que determina o que por ela é internalizado. A criança vai adquirindo estruturas linguísticas e cognitivas, mediado pelo grupo.

O desenvolvimento cognitivo para Vygotsky e Piaget

Segundo Piaget (1987), a origem do desenvolvimento cognitivo dá-se do interior para o exterior, ocorrendo em função da maturidade da pessoa. O autor considera que o ambiente poderá influenciar no desenvolvimento cognitivo, porém sua ênfase recai no papel do ambiente para o desenvolvimento biológico, ressaltando a maturidade do desenvolvimento.

A abordagem de Vygotsky se contrapõe a de Piaget, o desenvolvimento é de fora para dentro, através da internalização. Vygotsky afirma que o conhecimento se dá dentro de um contexto, afirmando serem as influências sociais mais importantes que o contexto biológico.

Resumindo, para a teoria vygotskiana, o desenvolvimento ocorre em função da aprendizagem, ao contrário do pensamento de Piaget que assegura ser a aprendizagem uma consequência do desenvolvimento. Ex: interação e troca com outras crianças e do adulto como modelo.

O desenvolvimento cognitivo para Piaget, é o de equilíbrio, existiria uma interação entre o indivíduo e o meio, ligados com outros fatores como experiências, genética, maturação biológica, formando os esquemas, a assimilação, a acomodação, a adaptação e a assimilação.